



## ESPAÑA 23-F 1981 Consolidação da Democracia e Legitimação Popular do Rei

02-03-2018 - Manelinho de Portugal

No passado dia 23 de Fevereiro perfizeram-se 37 anos sobre a frustrada tentativa de golpe de estado ocorrida em Espanha nesse mesmo dia de 1981, a qual ficou conhecida como 23-F ou, em calão, "Tejerada", devido ao nome do seu mais mediático protagonista Ten-Coronel da Guardia Civil (equivalente à G. N. R. portuguesa) António Tejero Molina.

Esse intento de golpe, ou de pronunciamento militar, foi o último de muitos na história de Espanha, bem como o derradeiro em todos os países da Europa Ocidental até ao presente.

Porém, antes de se abordar o 23-F, valerá a pena (até para se compreender o mesmo) passar em revista de forma rápida e sucinta a cronologia da dinastia de Borbón, ora reinante em Espanha, assim como os factos marcantes da respectiva história política desde pouco mais de um século prévio ao 23 – F.

### A Dinastia Bourbon (em francês) ou Borbón (em castelhano)

Esta dinastia, de origem francesa, teve por fundador Filipe Duque de Anjou, filho de Luís, Grande Delfim de França, neto de Luís XIV de França, neto de Maria Teresa de Áustria, sua primeira mulher, e meia irmã de Carlos II, último rei da dinastia Habsburgo de Espanha, que morreu sem descendência, e seu sobrinho neto, bem como bisneto de Filipe IV de Espanha. Por testamento, seu tio avô Carlos II, cujo reinado decorreu entre 17/09/1665 e 01/11/1700, nomeou-o seu sucessor, tornando-se Rei de Espanha com o nome de Filipe V.

Filipe V reinou por duas vezes: a 1ª vez de 15/11/1700 a 14/01/1724, quando abdicou em seu filho Luís I, que teve um brevíssimo reinado de 15/01 a 31/08/1724 (data da sua morte e sem filhos); a 2ª de 31/08/1724 até à sua morte em 09/07/1746.

O 6º rei desta dinastia foi Fernando VII, que também reinou por 2 vezes, ocorrendo o 1º reinado de 19/03 a 06/05/1808. Deposto por Napoleão Bonaparte, abdicou a favor do irmão deste, José I de Espanha.

Com José I, que reinou entre 17/03/1808 e 17/12/1813, Espanha conheceu uma única dinastia com um único rei, a Bonaparte.

Na sequência da Guerra Peninsular e derrota de Napoleão, Fernando VII voltou a reinar, tendo este seu reinado decorrido entre 12/12/1813 e 19/09/1833, restaurando-se assim pela 1ª vez a dinastia Borbón.

Sucedeu-lhe sua filha Isabel II, que reinou de 02/10/1833 a 30/09/1868, data da sua deposição por golpe de estado/revolução de 1868, tendo abdicado em 1870.

Na sequência da sua deposição foi "eleito" pelas Cortes, como rei de Espanha, Amadeu I, 2º filho do Rei Vítor Emanuel II de Itália e de sua primeira mulher Adelaide de Áustria, bisneta de Carlos III de Espanha e neta de Maria Luísa de Espanha, tendo reinado de 16/11/1870 a 11/02/1873, data em que abdicou. Durante o seu breve reinado Espanha conheceu grande instabilidade social e política, bem como forte incremento de ideais e movimentos republicanos. Este foi mais um único rei de uma única dinastia espanhola, a de Saboia.

Seguiu-se a I República proclamada pelas Cortes a 11/02/1873 e finda a 29/12/1874, devido ao pronunciamento militar do Gen. Martínez Campos, com vista à restauração da Monarquia e 2ª restauração da dinastia Borbón. Este curto período de tempo foi caracterizado por grande instabilidade política e social, bem como violência. Sucederam-se 4 presidentes da república, 3 guerras civis e um golpe militar por parte do Gen. Pavia.

Assim, na sequência do pronunciamento militar do Gen. Martínez Campos, foi proclamado Rei Alfonso XII, filho de Isabel II de Espanha, que reinou de 29/12/1874 a 25/11/1885. Este teve por sucessor seu filho Alfonso XIII, cujo reinado se iniciou em 17/05/1886, terminando em 14/04/1931, após abdicção na sequência da malograda experiência governativa ditatorial do Gen. Miguel Primo de Rivera, iniciada pelo golpe de estado promovido pelo próprio e apoiado

pelo monarca em 13/09/1923, e sua demissão em 28/01/1930, bem como com da vitória eleitoral das forças republicanas nas eleições municipais de 12/04/1931, dando lugar à II República.

O seu filho Dom Juan de Borbón, Conde de Barcelona, sucedeu-lhe nos direitos dinásticos, mas nunca chegou a reinar devido ao Gen. Francisco Franco, vencedor da guerra civil de 1936-1939, e auto-proclamado Chefe de Estado, *Caudillo de España por la gracia de Dios e Generalísimo de las Fuerzas Armadas*, que governou autocraticamente desde 01/04/1939 até à sua morte em 22/11/1975, nunca ter gostado da sua pessoa e ideias políticas demo-liberais.

Deste modo, por vontade de Franco, monárquico, “saltou-se” uma geração em termos sucessórios, tendo aquele nomeado seu sucessor, como Chefe de Estado com o título de Rei, Dom Juan Carlos I, cujo reinado durou de 22/11/1975 a 19/06/2014, data em que abdicou em seu filho, atual Rei Filipe VI. Restaurou-se assim pela 3ª vez a dinastia Borbón.

Face ao exposto, pode-se constatar que a história da dinastia Borbón é fértil em precalços e sobressaltos.

### Os principais eventos golpistas e revolucionários dos 150 anos prévios a 1981

Em 1830 Fernando VII, contrariando a *Lei Sálica* de Filipe V, que proibia as mulheres de ascenderem ao trono, pela *Pragmática Sanción*, permitiu que sua filha, futura Isabel II, se tornasse rainha de Espanha. Porém, no Outono de 1832, aquele adoeceu gravemente, tendo então os partidários de seu irmão Carlos Maria Isidro de Borbón conseguido que o Rei permitisse suceder-lhe este último. Contudo, recuperado da enfermidade, antes da sua morte em 29/09/1833, Fernando VII voltou a indicar como sua sucessora a sua filha Isabel. Os seguidores de Carlos de Borbón, denominados “carlistas” e advogando o *absolutismo*, prosseguiram na sua senda. Não obstante Isabel II ter ascendido legitimamente ao trono, os *carlistas* desencadearam 2 guerras civis: a 1ª entre 1833-1840 e a 2ª entre 1846-1849. Também se deram dois pronunciamentos militares *carlistas*: o de San Carlos de la Rápida em 1860; 1869 com vista à substituição de Isabel II por Carlos Maria de Borbón y Áustria-Este, neto de Carlos Maria Isidro de Borbón. Estas guerras, para além da questão sucessória, tinham um cunho ideológico, o qual era a oposição de *carlistas* “absolutistas” contra os partidários de Isabel II “liberais”. Isabel II foi deposta em 1868.



#### ESPAÑA 23 – F 1981 (parte 2)

#### Consolidação da Democracia e Legitimação Popular do Rei

09-03-2018 - Manelinho de Portugal

Sucedeu-se a I República proclamada pelas Cortes em 11/02/1873 e terminada em 29/12/1874 pelo golpe de estado do Gen. Martinez Campos, visando a restauração da monarquia na dinastia Borbón. Durante a sua brevíssima vigência a instabilidade política foi a “regra”. Logo em 03/01/1874 o Gen. Pavia chefou um golpe de estado vitorioso que substituiu a inicial república federal pela república unitária, governada ditatorialmente pelo Gen.

Serrano. Também nesse período ocorreram: o início da a 3ª guerra carlista (estes partidários do pretendente Carlos de Borbón y Áustria-Este, auto-proclamado Duque de Madrid) entre 1872 e 1876; a rebelião cantonal entre Julho de 1873 e Janeiro de 1874, com o fim de instituir uma república federal sem esperar pelas Cortes Constituintes que aprovariam a Constituição Federal; a guerra dos 10 anos de 1868 a 1878 em Cuba, então colónia espanhola, e com vista à sua independência. Como acima se mencionou, a I República terminou em 29/12/1874.

Não obstante a guerra em Cuba, seguiu-se o reinado “pacífico” de Alfonso XII entre 28/12/1874 e 25/11/1885, data da sua morte. Sucedeu-lhe seu filho Alfonso XIII, cujo reinado durou de 17/05/1886 a 14/04/1931. Neste período ocorreu a guerra Hispano-Americana em 1898, devido à intervenção dos Estados Unidos da América na guerra de Cuba, a qual foi ganha pelos americanos e que levou à independência de Cuba face a Espanha. Também com apoio do Rei, o Gen. Miguel Primo de Rivera y Orbaneja chefou um golpe de estado em 13/09/1923, assumindo a chefia ditatorial do governo até 28/01/1930. Seguidamente, durante um ano, vigorou o governo, também ditatorial, do Gen. Dámaso Berenguer, e por último o do Almirante Juan Bautista Aznar. Na sequência das eleições municipais de 12/04/1931, maioritariamente

ganhas pelas “forças” republicanas, em 14/04 do mesmo ano, foi proclamada a II República e Alfonso XIII abandonou Espanha rumo ao exílio, passando os seus últimos dias em Roma, onde faleceu a 28/02/1941. Antes de morrer abdicou dos seus direitos dinásticos no seu filho Don Juan de Borbón Conde de Barcelona, pai do Rei Emérito Don Juan Carlos I e avô do atual Rei Filipe VI de Espanha.

A II República espanhola vigorou de 14/04/1931 a 01/04/1939, a qual foi conturbada e crescentemente radicalizada pelos partidos de esquerda. Logo em 11/05/1931 conventos, colégios e centros católicos foram incendiados e assaltados; em 24/01/1932 o governo dissolveu a Companhia de Jesus e confiscou todos os seus bens; a 10/08 do mesmo ano o Gen. José Sanjurjo y Sacannel intentou um falhado golpe de estado de “direita”; em 29/10/1933 José António Primo de Rivera y Saénz de Heredia, filho do Gen. Primo de Rivera, filho do ditador de Alfonso XIII, fundou a Falange Espanhola (mais tarde Falange Espanhola Tradicionalista das Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista), de cariz fascista/nacional revolucionário. Em 20/11/1936, às 6,20 horas, poucos meses após o início da guerra civil eclodida a 17/07 do mesmo ano, acusado de conspiração e rebelião contra a República, por julgamento popular, José António Primo de Rivera foi condenado à morte e fuzilado no pátio da prisão de Alicante.

Nascia assim um “*mártir*” e um “*mito*” da facção nacionalista.

Após a vitória de Franco na guerra civil, este fez a José António um grandioso funeral de Estado, e em 31/03/1959 os seus restos mortais foram depositados junto e em frente do altar-mor da Basílica de Santa Cruz de Valle de Los Caídos, construída, ou escavada, na Sierra de Guadarrama, a cerca de 40 kms de Madrid, em homenagem a todos os falecidos em combate na guerra civil, tornando-o figura de “culto” nacionalista. No subsolo desta basílica jazem as ossadas de 33.872 nacionalistas da guerra civil.

Poucos decénios após a sepultação de José António no Vale dos Caídos,, tendo falecido Francisco Franco, El Rei Don Juan Carlos ordenou que o *Caudillo* fosse sepultado no mesmo local, mas na parte anterior do altar-mor da Basílica.

Tanto o “*Mártir*” como o *Generalíssimo* têm inscrito nas respectivas lápides graníticas ios singelos nomes de “*José António*” e de “*Francisco Franco*”.

Na vigência da II República iniciou-se a guerra civil devido a uma tentativa falhada de golpe de estado nacionalista contra o governo da Frente Popular, criada em Janeiro de 1936 e que a 16/02 do mesmo ano venceu as eleições legislativas. A mesma aglutinava o Partido Socialista (PDOE), a União Geral dos Trabalhadores (UGT), o Partido Comunista (PCE), o Partido Operário de Unificação Marxista (POUM), a Izquierda Republicana (IR) e a União Republicana (UR), para além dos nacionalistas catalães da Esquerda Republicana de Catalunya (ERC) e galegos do Partido Galeguista (PG).

O falhado golpe de estado de 17/07/1936, mais conhecido por *alzamiento*, teve por principais protagonistas os generais Emilio Mola, José Sanjurjo e Francisco Franco. Com as mortes acidentais de Sanjurjo em 20/07/1936 e de Mola a 03/06/1937, Franco tornou-se o indiscutível chefe das tropas nacionalistas. Face à vitória nacionalista em 01/04/1939 iniciou-se o *regime franquista*, sendo Francisco Franco Chefe de Estado, *Caudillo* de Espanha e *Generalíssimo* das Forças Armadas. O seu regime autocrático durou até ao seu óbito em 20/11/1975, portanto, 36 anos. De início o mesmo não teve definição formal, sendo meramente pragmático em termos políticos, mas em 1942 Franco declarou Espanha como monarquia, embora sem rei. Porém, em 1969, Franco indicou formal e legalmente como seu sucessor na chefia do Estado Don Juan Carlos de Borbón, com o título de *Príncipe de Espanha*, o qual após a morte do *Caudillo* seria proclamado Rei pelas Cortes Gerais em 22/11/1975, como Juan Carlos I de Espanha. Neste período, principalmente nos últimos 10/15 anos do regime, Espanha conheceu um grande desenvolvimento económico e social, bem como o “fortalecimento” de uma vasta classe média com aspirações democráticas, se bem que algo conservadora. De igual modo, não foram as acções armadas da organização político-militar separatista basca ETA (*Euskadi Ta Askatasuna* – Pátria Basca e Liberdade) fundada em 1959, responsável por vários atentados bombistas e assassínios, mormente de membros das forças policiais e das Forças Armadas, com especial relevo para o homicídio do Presidente do Governo Almirante Luís Carrero Blanco em 20/12/1973, Espanha conheceu um período de grande estabilidade política e social.

### **A Transição e o pré 23 – F**

Uma vez assumida a chefia do Estado com todos os poderes que competiam a Franco, o Rei Don Juan Carlos, malgrado a “resistência” de alguns sectores radicais político-militares franquistas, iniciou ao abrigo e dentro da *legalidade franquista*, aliás “elástica e maleável”, a

transição para um regime monárquico parlamentar e democrático, consagrando constitucionalmente Espanha como um Estado social, democrático e de direito. Após aprovação pelas Cortes e sufragada por referendo popular em 15/12/1976, em 04/01/1977 foi promulgada a Lei para a Reforma Política, a qual derrogou o sistema político franquista, e previu a convocação de eleições democráticas parlamentares com vista à formação de governo, as quais ocorreram em 15/06/1977. Tendo sido legalizada a existência de partidos políticos, tiveram assento no Congresso dos Deputados (câmara baixa do parlamento) a União do Centro Democrático (UCD) de Adolfo Suárez (centro-direita, que formou governo), o Partido Socialista (PSOE) de Felipe González, o Partido Comunista (PCE) de Santiago Crrillo e a Alianza Popular (AP) de Fraga Iribarne (de direita conservadora). A 06/12/1978 foi aprovada em referendo e pela esmagadora maioria dos Espanhóis (o Rei também votou) a Constituição ainda em vigor, decorrendo da mesma o fim de quaisquer poderes legislativos e executivos por parte do Rei.

Entretanto, a situação económica e social espanhola degradou-se face a grave crise económica, bem como a um grande incremento das acções militares da ETA, que vitimaram muitos guardas civis, polícias e militares. Consequentemente começou a instalar-se um forte mal-estar no seio de sectores militares ultra-conservadores franquistas, nomeadamente do Exército.

O primeiro sinal de tentativa de golpe de estado de radicais franquistas foi a *Operação Galáxia*, conspiração frustrada ocorrida em Madrid a 11/11/1978, protagonizada pelo Ten-Coronel da Guardia Civil António Tejero Molina, o capitão da Polícia Ricardo Saenz de Ynestrillas e um coronel desconhecido.



### ESPAÑA 23-F 1981 - (Parte 3)

16-03-2018 - Manelinho de Portugal

#### O 23 - F

Mas a 23/02/1981 efectivou-se a tentativa de golpe de estado.

Segundo indícios históricos e opiniões de diversos estudiosos do 23-F, este foi um "*pronunciamento militar*" em que convergiram várias *conspirações franquistas*, merecendo especial realce uma radical chefiada pelo Gen. Jaime Miláns

del Bosch, que contava com o Ten.-Cor. António Tejero Molina e previa a constituição de um governo de junta militar, e a do Gen. Alfonso Armada mais "branda", que tinha por objectivo a formação de um governo de unidade nacional "semi-democrático". Também há quem afirme, baseado em factos, que havia uma conspiração por parte do Centro Superior de Informações de Defesa (CESID), *inteligência militar* chefiado pelos Coronéis Narciso Carreras e Javier Calderón.. Segundo esta tese, parte do CESID estava com os golpistas e outra fiel ao Rei, sendo que agentes daquele proporcionaram meios de comunicação *rádio* a Tejero, bem como matrículas falsas para os veículos de transporte dos ocupantes do Palácio das Cortes. Porém, aquando do julgamento dos golpistas, apenas o Cap. Gómez Iglesias foi condenado.

Nessa data estava reunido em plenário o Congresso dos Deputados e o Governo no Palácio das Cortes para procederem à eleição do indigitado Presidente do Governo Leopoldo Calvo Sotelo da UCD. Às 18,21 horas mais de 200 militares da Guardia Civil chefiados pelo Ten-Coronel António Tejero Molina tomaram o edifício e sequestraram os seus ocupantes. E Tejero, de pistola na mão, acompanhado de outros militares armados de metralhadoras, uma vez no hemiciclo, subiu à tribuna e proferiu a célebre frase: "*Quieto todo el mundo!*". O Gen. Gutiérrez Mellado vice-presidente do Governo, militar mais graduado presente na sala, pediu satisfações a Tejero e ordenou-lhe que fossem depostas as armas, mas este, após algumas altercações verbais e físicas, disparou um tiro para o ar, a que se seguiram várias rajadas de metralhadora por parte dos seus homens. No final Tejero informou que em breve chegaria uma "*autoridade competente*" militar.

De seguida o Capitão-General Jaime Milans del Bosch, comandante da III Região Militar sediada em Valência, sublevou-se e enviou cerca de 2.000 homens da Divisão de Infantaria Motorizada "Maestrazgo" e 50 carros de combate (tanques M-47E1) para o centro da cidade, que "controlaram" a mesma e os principais edifícios públicos, sedes dos poderes centrais do Estado, regional e municipal, tendo declarado o "estado de excepção" e procurado aliciar outros chefes militares para o golpe. Esta operação localizada teve o nome de código "*Turia*".

Também o Gen. Luís Torres Rojas, Governador Militar de La Coruña e ex-comandante da poderosa Divisão Blindada "Brunete" (DAC), aquartelada às "portas" de Madrid, viajou da Galiza

para a capital a fim de reassumir o seu comando com vista a tomar a cidade à semelhança de Milans del Bosch em Valência. Aquele, acompanhado de oficiais golpistas da dita Divisão, tentou convencer o seu comandante Gen. José Juste Fernández a aderir ao golpe, dizendo-lhe que o Rei estava ao corrente da iniciativa e que o Gen. Alfonso Armada y Cormyn, 2º Chefe de Estado-Maior do Exército, pessoa amiga e de confiança de Don Juan Carlos (foi secretário-geral da Casa do Rei), se encontrava no Palácio da Zarzuela, residência real. Mas José Juste não cedeu, e quando ficou sozinho telefonou para a Zarzuela para confirmar a posição do Rei e perguntar se Alfonso Armada estava lá. A resposta que lhe foi dada pelo Secretário-Geral da Casa do Rei Gen. Sabino Fernández Campo relativamente a Armada foi a célebre frase: "*Ni está, ni se le espera!*". Foi quando Juste teve a certeza de que o Rei não apoiava o golpe. Entretanto, a algumas unidades militares da DAC que haviam saído para a "rua" foi ordenado por Juste e pelo Capitão-General da I Região Militar sedeadada em Madrid, Gen. Guillermo Quintana Lacaci, que regressassem às suas bases, o que sucedeu.

O Gen. Alfonso Armada, que na "sombra" manobrava no sentido da sublevação de outros chefes militares, foi retido pelo Chefe de Estado-Maior do Exército Gen. José Gabeiras Montero no seu próprio gabinete, com o intuito de o impedir de contactar com os revoltosos e outras chefias ou unidades militares para que aderissem ao golpe.

Contudo, com a acção de Tejero que continuava no Palácio das Cortes sequestrando deputados e Governo, tinha-se criado o "vazio de poder" pretendido pelos organizadores do golpe, o que na sua perspectiva lhes facilitaria a tomada do mesmo. Como resposta, o Rei, reassumindo ainda que "inconstitucionalmente" os plenos poderes herdados de Franco, tomou a iniciativa de defender a legalidade constitucional vigente. Assim, como Chefe de Estado e Comandante Supremo das Forças Armadas, para além de contactar os membros da Junta de Chefes de Estado-Maior, contactou todos os Capitães-Generais das várias Regiões Militares do Exército, Marítimas e da Força Aérea, bem como sancionou a constituição de um "governo provisório" designado "Comissão Permanente de Secretários de Estado e Sub-Secretários" (membros do Governo em liberdade) chefiada por Francisco Laina Garcia, Director da Segurança de Estado (serviços de *inteligência* civis integrados no Ministério do Interior), com vista a manter a governabilidade e normal funcionamento da administração pública do País. As 21,00 horas foi emitido um comunicado do Ministério do Interior anunciando a constituição da dita Comissão e que a mesma estava em estreito contacto com a Junta de Chefes de Estado-Maior.

Também o Presidente da Generalitat da Catalunha Jordi Pujol, pouco antes das 22,00 horas, proferiu pela Rádio Nacional e Rádio Exterior uma alocução ao País apelando à tranquilidade.

Tendo-se oferecido para negociar a rendição de Tejero Molina, com aquiescência do Rei mas sem poder agir ou usar em seu nome, o Gen. Alfonso Armada foi ao Palácio das Cortes pelas 24,00 horas, não só para lhe propôr a mesma, como a constituição de um governo chefiado por si próprio sob as ordens do Rei, o qual integraria membros de todos os partidos com assento parlamentar. Mas Tejero não aceitou, porquanto, ao que parece, para ele não era Armada a "entidade competente" que esperava, ou se fosse, dele esperaria um governo de junta militar ou com grande preponderância de militares na sua composição e sem membros de partidos de esquerda. Ainda que se possa especular sobre se tal "entidade" seria Milans del Bosch (que permaneceu em Valência), Armada ou outro personagem que face ao decorrer dos acontecimentos se terá resguardado no anonimato, o certo é que não há certezas quanto à identidade da mesma. A verdade sobre tal personagem foi para a tumba com Tejero, del Bosch e Armada. De qualquer forma, com esta e outras atitudes, Armada "descobriu-se" como um dos organizadores do golpe.

Também no golpe houve alguém que supostamente seria o supremo chefe do mesmo, e cuja denominação em código era "*Elefante Branco*". Sobre qual a verdadeira identidade desse personagem muito se tem especulado, até dizendo alguns que se tratava do próprio Rei, mas também há quem defenda ser mais plausível que fossem Armada ou del Bosch. Contudo, este é mais um "segredo" que terá ido para a tumba com os golpistas.

Cerca das 24,00 horas de 23-F, segundo noticiou o jornal "El País", o *posicionamentodos* Capitães-Generais das Regiões Militares, segundo "nota" do Gen. Quintana Lacaci, era o seguinte:

- I Região Militar, Madrid, Cap.-Gen. Quintana Lacaci, fiel ao Rei;
- II Região Militar, Sevilha, Cap.-Gen. Pedro Merry Gordon, neutro expectante;
- III Região Militar, Valência, Cap.-Gen. Miláns del Bosch, sublevada;

- IV Região Militar, Barcelona, Cap.-Gen. António Pascoal Galmes, fiel ao Rei mas dependente da posição de Saragoça;
- V Região Militar, Saragoça, Cap.-Gen. António Elícegui Prieto, fiel ao Rei mas dependente da posição de Madrid;
- VI Região Militar, Burgos, Cap.-Gen. Luís Palanco Mejorada, fiel ao Rei;
- VII Região Militar, Valladolid, Cap.-Gen- Ángel Campano López, neutro e expectante;
- VIII Região Militar, La Coruña, Cap.-Gen. Manuel Fernández Posse; fiel ao Rei;
- Capitania-General das Baleares, Cap.-Gen. Manuel de la Torre Pascual, expectante, mas se Miláns tivesse tido êxito também se sublevaria;
- Capitania-General de Canárias, Cap.-Gen. Jesús González del Yerro, fiel ao Rei.

Assim, no computo geral, das 10 Capitánias-Generais: 4 eram indiscutivelmente fieis ao Rei, com grande relevo para a de Madrid; 2 fieis ao Rei mas dependentes da decisão de outras; 3 neutras mas expectantes sobre o desenrolar dos acontecimentos; 1 sublevada, a de Valência. Também os Directores-Gerais da Guardia Civil e do Corpo Nacional de Policia, respectivamente Gen. José Luís Aramburu Topete e Gen. Sáenz de Santa Maria eram declaradamente leais ao Rei, tendo o primeiro tomado sob o seu directo comando a chefia de Madrid, a qual tinha por comandante o Cor. Constantino Gómez González. Concluindo, pode-se dizer que entre chefias militares e policiais o Rei tinha a lealdade activa e passiva de todas menos a de Valência.

À 1,14 horas de 24/02 El Rei Don Juan Carlos, fardado de Capitão-General do Exército, dirigiu uma mensagem pela televisão ao País, pedindo a *"todos a maior serenidade e confiança"*, que *"para evitar qualquer confusão (tinha ordenado) às autoridades civis e à Junta de Chefes de Estado-Maior que (tomassem) todas as medidas necessárias para manter a ordem constitucional dentro da legalidade vigente... (assim como) que qualquer medida de carácter militar que caso (devesse) tomar-se (deveria) contar com a aprovação da Junta de Chefes de Estado-Maior... (por último que) "a Coroa, simbolo da permanência e da unidade da Pátria não (podia) tolerar de forma alguma acções ou atitudes de pessoas que (pretendessem) interromper pela força o processo democrático que a Constituição votada pelo Povo Espanhol determinou através de referendo"*.

O golpe estava "terminado"!

Às 5,00 horas Milans del Bosch mandou regressar as suas tropas às respectivas unidades e foi detido. E cerca das 12,00 horas Tejero, após ter negociado pessoalmente com o Gen. Gabeiras as condições da sua rendição, retirou-se com os seus homens do Palácio das Cortes e entregou-se às autoridades na sua unidade da Guardia Civil.



#### ESPAÑA 23-F 1981 - (Parte 4)

23-03-2018 - Manelinho de Portugal

#### O pós 23 – F

Nos dias seguintes milhões de espanhóis saíram à rua manifestando-se a favor da democracia e apoiando o Rei.

Logo que o Congresso dos Deputados se voltou a reunir em plenário, o insuspeito Santiago Carrillo, líder histórico do PCE, subiu à tribuna para discursar e agradeceu formalmente ao Rei ter-se oposto ao golpe e defendido a democracia.

Após essa última tentativa de pronunciamento militar dos muitos da história de Espanha, e também derradeiro num país da Europa ocidental, a popularidade do Rei Don Juan Carlos e da Monarquia aumentou exponencialmente, dizendo-se que se nem todos os espanhóis eram monárquicos, a sua grande maioria era "juancarlista".

Face ao exposto, poder-se-á dizer que Don Juan Carlos I de Espanha foi o último "verdadeiro" Rei da Europa, pois entre a sua proclamação em 22/11/1975 e 24/02/1981 exerceu de forma

directa e indirecta poderes legislativos e executivos, bem como a chefia suprema das Forças Armadas.

Sabidamente, tal como quando decidiu proceder à transição do *Franquismo* para a *Monarquia parlamentar democrática*, Don Juan Carlos soube interpretar, e bem, os "sinais dos tempos", ao perceber que a Coroa necessitava de "sangue novo", abdicando a 18/06/2014 em seu filho, proclamado Rei Filipe VI de Espanha pelas Cortes Gerais em 19/06/2014.

Concluindo, com o 23-F os espanhóis consolidaram o seu regime monárquico constitucional democrático e El Rei Don Juan Carlos I, cuja legitimidade dinástica e política havia "herdado" de Franco em termos formais e legais, viu a mesma "ratificada de facto" -e na "rua"- pelo apoio popular, podendo transmiti-la a seu filho El Rei Don Filipe VI.

## 23-F GALERIA DE INSPIRADORES E PRINCIPAIS PROTAGONISTAS

### INSPIRADORES DOS GOLPISTAS



1 - José António Primo de Rivera



2 - Francisco Franco

### GOLPISTAS



3 - Tenente-Coronel Tejero Molina



4 - General Milans del Bosch



5 - General Torres Rojas



6 - General Alfonso Armada

### DEFENSORES DA CONSTITUIÇÃO E LEIS AO REI



7 - General José Juste



8 - General Quintana Lacaci



9 - General José Gabeiras



10 - General Sabino Fernández Campo





11 - Francisco Laína



12 - Jordi Pujol

**EL REI DON JUAN CARLOS - NOITE DE 23/14 - F**



13 - El Rei na TVE

Manelinho de Portugal